

EXTRAÇÃO DA PEDRA CAVERNA, USADA EM DECORAÇÃO DE JARDINS, PREOCUPA AMBIENTALISTAS

# ROCHA DO CERRADO AMEAÇADA

Nicolas Bonvakiades  
Da equipe do Correio

**É** moda nos jardins de Brasília o paisagismo com pedras e rochas. Tanto em terrenos particulares quanto no meio da rua, em postos de combustível e centros comerciais. Isso quando

não há num desses lugares aquelas cascatas artificiais de gosto duvidoso — uma sintomática lembrança dos tempos da Casa da Dinda, mais para kitsch do que para criança. Por trás desse costume de novo-rico brasileiro, está um crime ambiental que põe em risco um dos tipos de cerrado mais frágeis, o

rupestre — que ocorre em morros rochosos.

Desses locais são retiradas as rochas conhecidas como *pedra caverna*. Para os donos de fazenda onde existem esses morros, não passam de um estorvo, terra que não serve para nada, onde não tem bicho nem planta. Mas a história

não é bem assim. Ambientalistas da Fundação Pró-Natureza catalogaram 140 espécies de orquídeas numa área de 500 hectares de cerrado rupestre da Serra dos Pireneus, em Pirenópolis (GO).

Ocorrem ainda nesse *habitat* bromélias e líquens que não ainda foram catalogados pela ciência.

Segundo os ambientalistas, poderiam até ser úteis à indústria farmacêutica, mas podem desaparecer antes que se descubra que podem conter o segredo da cura de alguma doença.

Segundo o coordenador da Fundação, César Victor, há pouca incidência de exploração dessa pe-

dra no Distrito Federal. "O grosso da exploração é feito em Goiás", indica o ambientalista. "As pessoas acham que não fazem estrago tirando essas pedras porque estão na superfície. Mas isso é um engano, estão comprometendo a sobrevivência de um ecossistema", alerta.

Carlos Vieira



Caminhões carregados de pedra caverna chegam todos os dias ao DF

## Mais barata que granito

Segundo o diretor regional do Ibama no Distrito Federal, Salviano Guimarães, não há registro de denúncia quanto ao comércio das pedras caverna. Porém, o mesmo não pode ser dito da extração. A Funatura aponta que o Código Florestal Brasileiro estabelece que os topos de morros e de serras são áreas de preservação permanentes. O superintendente executivo da Secretaria do Meio ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás, Marcelo Safadi, vai mais além. "Não são apenas os morros que têm proteção, a retirada dessas pedras é proibida de qualquer forma", enfatiza.

"Se a extração já é ilegal, o comércio também não pode ser considerado legal", pondera o coordenador da Fundação. Mas não há legislação nem muito conhecimento sobre essa situação. A paisagista Ziza Nazário diz que só compra pedras para seus projetos em marmoarias ou pedreiras com nome no mercado. "Se são ilegais, eu não sei e nem tenho como saber", justifica.

A grande procura pela pedra caverna é fácil de justificar. Custa menos que outras mais nobres. "Ela é mais barata que um bloco bruto de granito", diz Ziza. Mas ela mesma não gosta de usar esse material nos seus trabalhos. "Escurece os projetos", explica.

Enquanto uma rocha de granito custa mais ou menos R\$ 600, um caminhão da outra pode ser comprado por até menos de R\$ 400. Dona de um quiosque onde se vende plantas e pedra caverna, a paisagista Rosângela D'Carlos, 38 anos, considera que se há alguma irregularidade, isso deve ser fiscalizado na origem.

"A procura por essas pedras é grande. Aqui não vendo muitas, só algumas unidades para jardins. Não trabalho com projeto de cascatas", diz. As que tem para venda, comprou nos caminhões que passam oferecendo ali em frente aos condomínios da região da Escola Fazendária.

### PASTO PEDREGOSO

Esses caminhões não ficam somente nas proximidade daqueles condomínios. No Parkway, às margens da DF-003, é fácil encontrá-los. De três que estavam ali na tarde de quarta-feira, apenas um vendedor de pedras deu entrevista ao Correio, desde que sua identidade fosse preservada.

Ele conta que as pedras que traz de Cristalina (GO) são tiradas de uma área arrendada por de um fazendeiro que considera que só lhe dão problemas. "Não serve para pasto. A terra é só areia, não dá para nada", diz. Ele acredita que a regularidade dos documentos do arrendamento são garantia de poder extrair as rochas. "Mas tem outros que não têm documento, não", desconfia.

O homem ainda afirma que o que ele e os companheiros trazem de Cristalina para Brasília é pouco perto do que é retirado das "jazidas". As que traz, leva até uma semana para vender. Vende tudo de uma vez ou pedra por pedra até acabar o carregamento. "Tiro uns R\$ 300 ou R\$ 350 por caminhão", afirma.

Em Goiás, a fiscalização é prejudicada pela falta de funcionários — são apenas 15 em todo o estado. O pior é que os carregamentos saem de lá à noite e são trazidos para o Distrito Federal, onde também escapam tanto da fiscalização ambiental quanto da tributária. Quem dizer, nem ICMS eles pagam.

Na Câmara Legislativa, tramita o projeto de lei 98/99, de autoria do deputado distrital Chico Floresta em que se pretende dar cabo com a folia no comércio dessa e outras pedras no DF. Se aprovada, as empresas que negociam esse produto, terão de ter licença de operação expedida pelo órgão ambiental do lugar de onde foi extraído o minério. Quem descumprir poderá pagar multa e ter o produto apreendido.

FOTO

Documentação

AMBIENTAL

DATA

20/6/99

Pg 10

51